

Com mais de 1.200 inscritos, o Simpósio "O Preconceito" foi realizado em São Paulo, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP.

A variedade de enfoques, as qualidades intelectuais dos convidados e o vivo interesse demonstrado pelo público acabaram possibilitando a edição do livro.

É a melhor maneira encontrada para difundir o conhecimento: a publicação possibilita a leitores de diferentes pontos do Brasil informações e reflexões de profundidade, fundamentais para se compreender melhor o País na virada do século.

Realização



Secretaria da Justiça e da Defesa da
Cidadania
Secretaria de Estado da Cultura
Comissão Justiça e Paz - Arquidiocese
de São Paulo
Faculdade de Direito - USP
Centro Acadêmico "XI de Agosto"

Apoio

Ministério da Justiça - Conselho Nacional
dos Direitos da Mulher
Enio Mainardi Propaganda



IMPrensa OFICIAL
DO ESTADO S. A. IMESP

O PRECONCEITO

O PRECONCEITO

RUTH CARDOSO
MARIA RITA KEHL
EUGÊNIO BUCCI
ALBERTO DINES
ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA
LYGIA FAGUNDES TELLES

NÉLIDA PIÑON
MARILENA CHAUI
DALMO DALLARI
MILTON SANTOS
SANTIAGO KOVADLOFF

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

Uma reunião instigante e democrática é a característica principal de "O Preconceito".

Ao aproximar intelectuais e pensadores de origens tão diversificadas, este livro propõe um amplo debate e uma reflexão profunda sobre algumas das mais dolorosas questões que marcam as relações no dia-a-dia da sociedade brasileira.

Intolerante por natureza, o preconceito é sempre autoritário, manipulador, por mais dissimulado que se apresente. Falseador da verdade, ele **me** valoriza em detrimento do **outro**, num jogo de dominação e de poder.

Livro essencial em seu gênero, "O Preconceito" traz a forte marca das publicações que surgem para ganhar destaque nas principais bibliotecas do País.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

O PRECONCEITO

O PRECONCEITO

SÃO PAULO

12767-1057

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

O PRECONCEITO

O PRECONCEITO

Vários autores



SÃO PAULO
IMESP
1996/1997

AGRADECIMENTOS

Aos palestrantes,
Diretoria,
funcionários e estudantes da Faculdade de Direito,
pela dedicação e interesse demonstrados durante todo o simpósio.
Aos realizadores deste livro, digitadores, produtores, gráficos e demais
colaboradores.

O PRECONCEITO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Preconceito / Julio Lerner editor. -- São Paulo:
Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997

Abaixo do título:
Vários autores.

1. Cidadania 2. Direitos humanos 3. Preconceitos

I. Lerner, Julio.

96-4287

CDD-303.385

Índices para catálogo sistemático:

1. Preconceito: Cidadania 303.385

SÃO PAULO
- 1997
1997/1997

ÍNDICE

Belisário dos Santos Júnior - Apresentação	7
Julio Lerner - Prefácio - Primeiro um, depois o outro	9
Ruth Cardoso - A cidadania em sociedades multiculturais	11
Maria Rita Kehl - Você decide e Freud explica	21
Eugênio Bucci - Sociedade de consumo ou consumo de preconceitos	33
Alberto Dines - Mídia, civilidade e civismo.....	57
Rosiska Darcy de Oliveira - A igualdade faz toda a diferença.....	73
Dalmo Dallari - Policiais, juízes e igualdades de direitos	87
Marilena Chauí - Senso comum e transparência	115
Milton Santos - As cidadanias mutiladas	133
Santiago Kovadloff - Criação, imaginação e preconceito	145

“uma mulher formidável, doce, frágil, generosa, ai, tão feminina”. Mas dá uns tabefes em quem diz que você é tão “feminina”, porque isso que está sendo dito é de um machismo, de um sexismo absolutamente gigantesco, porque está dizendo que você é incapaz de pensar. Se você é sensitiva e intuitiva porque você não raciocina, você sente e não pensa. É uma bruta discriminação, é um bruta preconceito, é uma violência enorme que é feita às mulheres, todo dia. Todo dia. Então eu queria deixar claro que eu não falei em violência latente, eu estou dizendo que a sociedade brasileira é uma das sociedades mais violentas que eu conheço. Esse é o primeiro ponto. Agora, por causa disso, minha ênfase foi na direção da luta por direitos. E de considerar de um lado a dramaticidade dessa luta, porque lutar por direitos pressupõe que carências e privilégios já foram superados, que você está na fase de interesses comuns, que têm que ser transformados em direitos universais. Mas nós não chegamos nem nos interesses comuns... É preciso fugir, como o diabo foge da cruz, da definição da cidadania pela liberdade como competição no mercado. Então, se você não definir a cidadania pelos direitos sociais e não investir nos direitos sociais, eu acho que a gente deixa a sociedade brasileira como o Conde de Lampedusa disse que era para ficar. Muda, muda, muda, para ficar como está...

Eu diria que o investimento maior, por um lado, como quebra dos preconceitos, está em educação e telecomunicações. E do outro, como ação política, a luta pela cidadania, sob a forma dos direitos sociais. Obrigada.

AS CIDADANIAS MUTILADAS

Milton Santos

Professor universitário, geógrafo e escritor

O tema que me traz aqui não é um tema de minha especialidade, mas é um tema da minha convivência. Por isso, não me proponho a fazer uma conferência, mas a manter uma conversa sem plano. Pretendo começar esta conversa fazendo algumas perguntas: o que é ser um cidadão? O que é ser um indivíduo completo, isto é, um indivíduo forte? O que é ser classe média? Ser classe média é ser cidadão? O que é ser cidadão neste país? E finalmente, os negros neste país são cidadãos?

Ser cidadão, perdoem-me os que cultuam o direito, é ser como o estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado. O indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos.

É neste sentido que me pergunto se a classe média é formada de cidadãos. Eu digo que não. Em todo o caso, no Brasil não o é, porque não é preocupada com direitos, mas com privilégios. O processo de desnaturaçã da democracia amplia a prerrogativa da classe média, ao preço de impedir a difusão de direitos fundamentais para a totalidade da popu-

lação. E o fato de que a classe média goze de privilégios, não de direitos, que impede aos outros brasileiros ter direitos. E é por isso que no Brasil quase não há cidadãos. Há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos. Digo-o por ciência própria. Não importa a festa que me façam aqui ou ali, o cotidiano me indica que não sou cidadão neste país.

Poderíamos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação. Esse famoso direito de ir e vir, que alguns nem imaginam existir, mas que na realidade é tolhido para uma parte significativa da população. Cidadania mutilada na educação. Quem por acaso passou ou permaneceu na maior universidade deste estado e deste país, a USP, não tem nenhuma dúvida de que ela não é uma universidade para negros. E na saúde também, já que tratar da saúde num país onde a medicina é elitista e os médicos se comportam como elitistas, supõe freqüentemente o apelo às relações, aquele telefone que distingue os brasileiros entre os que tem e os que não tem a quem pedir um pistôlo. Os negros não tem sequer a quem pedir para ser tratados. E o que dizer dos novos direitos, que a evolução técnica contemporânea sugere, como o direito à imagem e ao livre exercício da individualidade? E o que dizer também do comportamento da polícia e da justiça, que escolhem como tratar as pessoas em função do que elas parecem ser.

Penso haver três dados centrais para entender essas questões do preconceito, do racismo, da discriminação. O primeiro é a corporalidade, o segundo é a individualidade e o terceiro é a questão da cidadania. São as três questões que vão ser a base da maneira como estamos juntos, da maneira como nos vemos juntos, da maneira como pretendemos continuar juntos. Resumindo, a corporalidade inclui dados objetivos, a individualidade inclui dados subjetivos e a cidadania inclui dados políticos e propósitos jurídicos. A corporeidade nos leva a pensar na localização (talvez pudéssemos chamar de lugaridade), a mobilidade, a destreza de cada um de nós, isto é, a capacidade de fazer coisas bem ou mal, muito

ou pouco e as possibilidades daí decorrentes. E aí aparece em resumo, o meu corpo, o corpo do lugar, o corpo do mundo. Eu sou visto, no meio, pelo meu corpo. Quem sabe o preconceito não virá do exame da minha individualidade, nem da consideração da minha cidadania, mas da percepção da minha corporalidade. A individualidade permite, a partir do bom senso, alcançar certo grau de exercício da transindividualidade, e aí aparece a minha consciência, a consciência de mim, a consciência de nós, a consciência do outro e dos outros, a consciência do mundo. E afinal a cidadania, que é o exercício de direitos e supõe a ciência dos direitos que temos e a capacidade de reivindicar seu exercício pleno e também de reivindicar mais. Como tudo isso está ligado ao grau de consciência, voltamos, por conseguinte, à questão da individualidade.

Eu tinha feito a anotação seguinte: "A instrução superior não é garantia de individualidade superior. A cidadania não é garantia de individualidade forte. Nem a individualidade forte é garantia de cidadania e liberdade, o meu caso." Desculpem, mas estou tentado a utilizar a mim mesmo como exemplo. Tenho instrução superior, creio ser uma personalidade forte, mas não sou um cidadão integral deste país. O meu caso é como o de todos os negros deste país, exceto quando apontado como exceção. E ser apontado como exceção, além de ser constrangedor para aquele que o é, constitui algo de momentâneo, impermanente, resultado de uma integração casual.

Dai porque a análise das situações do preconceito no Brasil supõe um estudo da formação sócio-econômica brasileira. Não há outra forma de encarar o problema. Tudo tem que ser visto através de como o país se formou, de como o país é e de como o país pode vir a ser. Tudo isso se inclui na realidade da formação sócio-econômica brasileira. O passado como carência, o presente como situação, o futuro como uma perspectiva.

O modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão, tanto o modelo cívico cultural como o modelo cívico político. A escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país. Mas é também um modelo cívico subordinado à economia, uma das desgraças deste país. Há países em que o modelo cívico corre emparelhado com a economia e em muitas manifestações da vida coletiva

se coloca acima dela. No Brasil a economia decide o que do modelo cívico é possível instalar. O modelo cívico é residual em relação ao modelo econômico e se agravou durante os anos do regime autoritário, e se agrava perigosamente nesta chamada democracia brasileira. A própria territorialização é corporativa, a metropolização é corporativa, os recursos nacionais sendo utilizados sobretudo a serviço das corporações, o resto sendo utilizado para o resto da sociedade. O cálculo econômico não mostra como as cidades se organizam para serem utilizadas por algumas empresas, por algumas pessoas. São as corporações que utilizam o essencial dos recursos públicos e essa é uma das razões pelas quais as outras camadas da sociedade não têm acesso às condições essenciais da vida, aos chamados serviços sociais. No caso dos negros, é isso o que se passa.

Um outro dado a acrescentar é que a situação dos negros no Brasil é uma situação estrutural e cumulativa, o que mostra a diferença com outras minoridades (que não são minorias). Vemos com frequência comparar, ou por lado a lado, a briga dos negros com a briga das mulheres e com a briga de outras minorias, inclusive algumas que recentemente se levantaram para exigir direitos. Não dá para por tudo no mesmo saco, como se faz. Sobretudo não dá pelo seguinte: por exemplo, as mulheres começaram sua luta recentemente, mas já conseguem resultados que os negros não obtêm. Isso basta para mostrar que as situações não são iguais. As mulheres lutam dentro da sociedade, enquanto os negros não fazem parte da sociedade que manda. A situação deles é uma situação estrutural e cumulativa, onde cada progresso obtido ao nível do país não representa melhoria efetiva correspondente de sua situação como grupo.

A situação parece se agravar com o presente processo de globalização, que tem efeito sobre todos os aspectos da vida, incluindo a questão do preconceito. Vejamos por exemplo alguns elementos característicos desta fase da história, como o retorno com força do darwinismo social, condenando as pessoas consideradas inferiores na sociedade mundial. Até as próprias técnicas com que trabalhamos hoje se afirmam em dados de força, pois a técnica mais forte expulsa as outras, toma o lugar das outras e se impõe. Como temos de trabalhar com sistemas técnicos, um resultado reflexo dessa necessidade é o comportamento darwinístico. O presente clima internacional está sendo desfavorável às pessoas consideradas inferiores na sociedade mundial. Há um clima internacional contra as raças

chamadas "inferiores". Esse clima já existia antes, mas com a globalização ele se agrava e se adensa, daí esses constantes julgamentos de valor das pessoas em virtude de raça, sua origem e também em relação aos imigrantes. O Brasil, por ser um país tradicionalmente aberto, é grande vítima dessas tendências perversas universalizantes. Basta lembrar, neste outrora intitulado país do homem cordial, o tratamento odioso frequentemente oferecido aos migrantes internos. Estados e municípios não se pejam de colocar barreiras nas suas fronteiras para impedir a entrada de migrantes considerados indesejáveis. Tal fermento de anti-solidariedade nacional se justifica até mesmo por certos discursos carregados de semente de desagregação. É a perversidade da globalização, consagrando os mais fortes, e pela mesma ocasião naturalizando os racismos, os preconceitos, as discriminações. É assim, também, que se chega a considerar normal, por exemplo, 1.300.000 de desempregados na cidade de São Paulo e milhões neste país, onde há dezenas de milhões de pobres. Tudo isso busca respaldo na idéia de que precisamos organizar o país, para facilitar a globalização e para que ele entre no primeiro mundo. Que bobagem! Uma bobagem cientificamente respaldada, que faz a gente aceitar a naturalização da perversidade, que parece também ser a norma primeira do comportamento dos políticos da ordem global e da ordem nacional.

Essa globalização tem também aspectos curiosos. Vejamos essa polarização mundial pelos índios, que repetimos aqui dentro. É natural que se defenda os índios, pois eles merecem nossa ajuda, mas não considerando-os como natureza mas como seres humanos. Mas a confusão estabelecida por muitos entre a causa indígena e causa ecológica folcloriza a campanha e impede a ampliação do seu alcance. Talvez por isso também a causa negra fica em segundo plano, já que os negros não fazem propriamente parte da "natureza", mas da produção, o que complica tudo, pois a produção é causadora de conflitos reais e duradouros. A verdade é que o discurso oficial, o discurso social no Brasil, privilegia uma parcela da sociedade que tem problemas e desconsidera uma massa da população que tem problemas maiores, porque faz parte do processo da política.

E finalmente neste *environment* internacional, esse discurso dos direitos humanos é muito fácil, se não acompanhado do discurso dos direitos do homem, isto é, de cada homem. Enquanto o que se tem feito é tratar dos chamados direitos humanos, os direitos de cada homem não

têm um tratamento adequado. Aliás, é freqüente que o homem tenha os seus direitos acatados, quando há espetacularização, e onde há espetacularização não há nem direito nem homem, mas apenas discurso. Eu creio que isso faz parte também da maneira como a chamada liderança da formação social brasileira trata as diversas questões. Neste particular, uma questão que me parece importante de ser tocada é a questão do contrato sob o qual nós vivemos hoje. Porque o Brasil não é bem democracia, mas uma democracia de mercado. O que é central é o mercado, não o homem.

Três séculos de Iluminismo, uma luta conseqüente dos filósofos, depois de intelectuais e de políticos para a ampliação dos direitos e, de repente, tudo parece ter sido perdido. O centro do Universo deixa de ser o homem para ser o dinheiro, não o dinheiro produtor, mas o dinheiro em estado puro, com seus sacerdotes, que são os banqueiros, seus templos, que são os bancos. Nessa concepção da sociedade, no mundo e, sobretudo, neste país, o homem é residual. A democracia de mercado impõe a competitividade como norma central, uma competitividade obtida através de normas privadas que arrastam as normas públicas. O que domina nessa democracia de mercado é o elogio da técnica, como se ela se auto-satisfizesse e, preeminência da racionalidade sem razão, é típica do processo econômico do fim do século e obstáculo à floração do pensamento.

Por outro lado reina o consumo, que magnifica o ideal contemporâneo de ter, no lugar do ideal de ser, e que leva a aceitação da objetificação como se fosse a objetividade e faz os homens aceitarem ser coisas, recusando, por conseguinte, a individualidade forte. Por isso, na democracia de mercado o consumidor é mais que perfeito e o cidadão se contenta em ser usado, com a morte da política, numa situação em que as eleições são um ato de consumo eleitoral e o debate político é substituído pelas pesquisas de intenção de voto. As pesquisas não são o debate político. A idéia de resultados afasta a idéia de valores. Por isso não há democracia neste país, há apenas uma democracia de mercado, na qual os mais fracos não hão de esperar nada e os negros muito menos.

Tudo isso é condimentado pelas duas violências centrais do nosso tempo: a violência do dinheiro e a violência da informação. São as duas grandes violências que perturbam o conhecimento do mundo e atrofiam a condução da consciência. Nos países onde essa violência do dinheiro e

essa violência da informação não têm limites, a condução de uma consciência cívica é realmente difícil. É por isso que neste momento estamos assistindo, neste país, ao assassinato da idéia de nação. O que de mais grave ocorre atualmente no Brasil é este assassinato cotidiano da idéia de nação. Essa destruição dessa idéia de conjunto, expressada nas séries de medidas provisórias a que assistimos é o mais grave crime cometido neste país nos últimos trinta anos. Esse abandono da solidariedade... A sorte é que a nação começa a se refugiar nas cidades, a despeito dos poderosos do mercado e dos poderosos do estado. As cidades estão reconstruindo a nação. E a sorte dos negros, como a sorte dos pobres, é que eles estão sobretudo nas cidades. Nestas, as mazelas não são absolutas, mas contraditórias.

A globalização agrava as crises urbanas e, ampliando o fenômeno da escassez, aumenta a pobreza e a miséria e estimula a violência. A sorte é que a globalização que aí está não é obrigatoriamente a que vai ficar. A que nós estamos agora vivendo é uma globalização perversa, mas os materiais de que dispomos hoje no mundo são suficientes para fazermos uma outra globalização, mais humana.

Pela primeira vez na história recente das técnicas o homem não precisa ser escravo da máquina. Se atualmente ainda o é, este não é um fato da técnica, mas da organização. E junto a isso, veja-se o papel de um novo cotidiano produzido pelo processo de globalização. Essa multiplicação de individualidades, isto é, de possibilidades de interpretação do mundo, do lugar e de si mesmo, é uma nova riqueza ainda não explorada devidamente. Quanto mais diferentes somos, mais interpretações existem e, desse modo, os conflitos são mais ricos e a possibilidade de negociação se torna mais franca, mais aberta, mais produtiva. Isso é também ajudado pela nova mobilidade dos homens. Nunca os homens foram tão móveis, nunca eles foram tão numerosos e viveram tão fora do lugar de seu nascimento. É uma enorme riqueza que hoje se verifica no mundo inteiro, sobretudo nas cidades, com a chegada de gente de outras raças, de outras religiões, de outros cheiros. Os americanos propuseram ao mundo cheirar igual, com os famosos desodorantes. Não conseguiram.

E o fato de que o mundo acelera a sua globalização pode ser um boa coisa, se pensarmos que a cidade é o lugar onde as pessoas se movimentam mais, produzindo contatos numerosos e crescentes. As classes

médias, dormentes, mas agora atingidas pela crise do ajustamento, começam também a despertar, já que são as carências que dão a cada um a consciência de sua posição.

O adormecimento das classes médias, nas fases de prosperidade, reduziu a possibilidade de se perceber a precariedade da situação de ser homem. Aliás, essa superioridade dos pobres, dos migrantes, das minorias, pelo fato de não terem acesso pleno às modernidades e, por conseguinte, entender, a partir das carências, o seu ser no mundo e o seu existir na formação social nacional, esse aguçamento das contradições aparece como uma esperança, ou pelo menos uma promessa.

Por outro lado, esses esboços de moralidade internacional que se desenham e esse discurso mesmo da moralidade interna quem sabe um dia permitirão tornar positivos alguns efeitos de campanhas e movimentos hoje isolados. Mas o que recentemente vem sendo produzido a pretexto de tratar da problemática do negro no Brasil é a pletora de discursos ornamentais que um dia poderá possibilitar uma tomada de posição, uma negociação mais adequada e sincera. Primeiro é preciso deixar de lado os discursos bobos e os discursos choramingas. Depois precisamos nos despedir das situações ornamentais, onde predomina a gesticulação ritual e vazia, esses festejos que consagram, apenas um dia, o melhor da hipocrisia nacional.

Urge que passemos aos verdadeiros projetos. Para isso, impõe aos negros tomar consciência de que não é suficiente conhecer seu próprio campo, mas é indispensável conhecer o campo do outro, ou ainda melhor, conhecer o campo comum em que vivem todos os brasileiros. A formação social nacional é esse campo comum para o conhecimento e a ação, que não podem deixar-se limitar pela chamada realidade negra. Temos que recusar o gueto em que nos querem confinar os que mandam na sociedade brasileira e buscar lugares mais importantes dentro da sociedade. Diante do mundo e do país, como uma totalidade os negros devem buscar enxergar-se como participantes dessa totalidade que é dinâmica e buscar os caminhos. No campo internacional, o encontro e a busca de raízes comuns podem ser algo importante, mas são também um convite a um não tratar de frente a questão da formação social brasileira, central no conhecimento do problema. Sem isso, não é a história americana, nem a da Nigéria ou da

África do Sul que vão ajudar no encontro de soluções para os negros brasileiros.

E a pretendida solidariedade internacional passa também por reclamar solidariedade nacional. Os tempos porém não parecem favoráveis. Vejam-se, por exemplo, os pobres debates sobre a reforma da Previdência, que claramente demonstraram o despreparo dos políticos para os grandes debates nacionais e morais. O próprio discurso da oposição é um discurso do contra, mas usando os mesmos termos da chamada situação, onde o discurso dos princípios foi substituído pelo discurso dos recursos. Há que abandonar esse discurso dos recursos e enfrentar o discurso dos princípios.

A questão do negro também deve ser tratada de maneira digna. A produção de um novo discurso poderá permitir um novo plano de debate, e essa é a tarefa essencial dos movimentos negros. Isto supõe a tolerância com as práticas plurais. É evidente que o movimento negro tem de ser plural, porque deveria ser uno? É a pluralidade que faz sua riqueza e sua força. A trança no cabelo ou o cabelo espichado não devem ser um dado que exclua ou separe. Que cada qual como é encontre seu lugar nessa luta, participando pela forma que melhor lhe aprouver a vida pública, como cada um tem o direito de adotar a estratégia possível que lhe pareça a melhor. Essa tolerância dentro do movimento negro é indispensável para que ele conheça uma outra etapa. Mas isso tem que ser feito mediante um discurso cientificamente elaborado, que não pode ser um discurso choramingas, nem um discurso da pura emoção. A organização é também indispensável, como um dado multiplicador das forças limitadas.

Só assim será possível rever injustiças seculares, estruturais e cumulativas, mediante políticas compensatórias, que devem ser urgentemente implantadas neste país, inclusive as medidas de discriminação positiva. Pedir aos negros que aceitem o discurso oficial e esperem tranquilos a evolução normal da sociedade é condena-los a esperar outro século. O país necessita, com urgência, de medidas positivamente discriminatórias, que são a única forma de refazer um balanço mais digno, revendo o balanço histórico.

Eu estou muito agradecido pela atenção com que ouviram estas considerações disparatadas e confesso que estive muito feliz por ter sido convidado a estar aqui esta noite.

Definição de papéis, democracia, participação ...

P: Em seu entender, qual deve ser o papel de um intelectual na luta contra o preconceito racial?

— O papel do intelectual é a busca da verdade e a expressão dessa busca. Não basta encontrar a verdade, é preciso proclamá-la. Nesse caso, o que seria normal, que todo intelectual se alinhasse em todo o tipo de luta para restaurar direitos, para afirmar igualdades. Seria normal que todo intelectual fosse contra o preconceito racial. A verdade é que isso não se dá. E não se dá em parte porque, no caso brasileiro, os intelectuais estão cada vez mais omissos e uma boa parte prefere a aliança com o *establishment*. Mais especificamente, o intelectual deveria participar da luta contra o preconceito racial não apenas como uma profissão de fé, um discurso de adesão, mas pela proposta de interpretação da sociedade brasileira como um todo. Acho que é a única forma pela qual o preconceito racial pode ser eficazmente combatido, ultrapassando o limiar da emoção e passando para a produção de um discurso coerente que possa ser a base de um discurso político. As pessoas preparadas para produzir tal discurso são as que a gente chama habitualmente de intelectuais.

P: O senhor poderia explicar melhor as principais diferenças entre uma democracia de mercado e uma democracia de participação?

— Eu não vou falar de democracia de participação, porque seria um quesito enorme. A participação como ela é mencionada e como é feita não significa democracia. Estou me referindo mais à democracia genuína, isto é, um regime político que assegure através da liberdade da igualdade e da igualdade à liberdade uma ampliação sempre crescente de todos os tipos de direitos. O centro dessa democracia é o homem, o homem na plenitude. Isto sugere a criação de um sistema político onde a colaboração seja fundada

nessas qualidades essenciais de cada um. Já a democracia de mercado, que é a que nós estamos vivendo em muitos países hoje, e no Brasil em particular, porque o Brasil não está vivendo uma democracia, mas uma democracia de mercado, o homem não é central. O que é central é o mercado e o homem é considerado como residual. No caso brasileiro, basta ver as medidas tomadas pelo atual governo brasileiro, em relação a tudo que tem relação com o social, onde o que é mesmo fundamental é o mercado e o homem recebe o resíduo, a migalha, quando isso acontece. Todavia continua-se a falar de democracia. Eu creio que há uma diferença a estabelecer, e isso eu relacionaria com a questão anterior - como o intelectual se comporta ou deve se comportar dentro de uma democracia de mercado na luta contra o preconceito racial - porque a democracia de mercado agrava todos os tipos de preconceitos, ela passa a dar preeminência não aos valores mas aos recursos.

P: Como o senhor vê a questão das cotas reservadas para estudantes negros nas universidades brasileiras?

— Eu creio que nós corremos o grande risco de limitar a discussão da ascensão social e da ascensão social pela educação a essa questão de cotas. E a maneira como esse tipo de pergunta se repete é sintomática de uma vontade de estabelecer um debate falsificado. A questão que se coloca não é propriamente de cotas, a questão que se coloca é: quer o Brasil incorporar os negros, ajudando-os a ter um lugar, digamos assim, normal dentro da sociedade, quer o Brasil, na construção do seu futuro, considerar que o negro deve participar desse futuro de forma igual? Eu acho que é esta a questão. E nesse caso há o que fazer. Será que nós vamos deixar à evolução espontânea a solução destes problemas, como parece ser, ou a gente teria que precipitar o movimento, e aí que a questão das cotas aparece. O que é que eu vou fazer para que os negros sejam mais numerosos nas boas universidades, mais numerosos nos bons colégios, compareçam aos lugares onde comparecem as chamadas elites de todo o tipo? Essa é a questão central e não o inverso. Essa discussão a partir das cotas amesquinha o debate e obriga a uma discussão sem futuro. Eu creio que cotas

ou outra coisa tem que ser feita. Eu creio que o país tem que enfrentar esse problema, buscando soluções, tem que mudar, e para mudar tem que ter soluções, que estão chamando agora de discriminação positiva ou afirmativa. Mas tem que temperar essa medida de cotas com outras, por exemplo bolsas de estudo. Não adianta nada deixar um negro pobre entrar numa universidade rica, tem que ter bolsa de estudo, criar condições ambientais que o favoreçam. Então me parece que essa discussão tem que ser remetida aos negros.

P: O senhor aceitaria o convite para participar da luta das entidades negras que se organizam para combater o racismo?

— Cada vez que sou convidado eu trato de comparecer. O que acontece é que eu me preparei para ser um intelectual, acredito ser um, e eu vejo uma grande dificuldade entre ser um intelectual e ser militante. São duas atividades que não se conjugam, senão muito excepcionalmente, muito rapidamente, porque a necessidade de guardar inteira liberdade é excluída aos militantes. O militante acaba sendo uma pessoa que depende dos slogans, dos grupos de que participam. No movimento negro eu creio que deve haver lugar para diversas formas de expressão, e uma forma de expressão que eu não escolhi e penso que não vou escolher é de participar de grupos e de tendências ou de facções. O que eu quero é poder refletir sobre a questão, porque minha vida foi sempre um investimento quanto a possibilidade de reflexão e com isso permitir que se avance na produção de um discurso diferente, porque o discurso dos movimentos negros, em boa parte, é um discurso que não sendo cientificamente elaborado, não tem a eficácia política que deveria ter. Não tem.

REPRESSÃO, IMAGINAÇÃO E PRECONCEITO NA CULTURA: O CASO ARGENTINO

Santiago Kovadloff

Professor, ensaísta, poeta e tradutor argentino.

1982: As Mãos do Medo

A notícia se espalhou: batiam à porta inesperadamente. Anunciavam-se com autoritarismo enxuto. Apresentando-se em grupos de quatro ou cinco enquanto seus caminhões esperavam na rua, diziam procurar literatura proibida. Tinham ordem de revisar as bibliotecas das casas, os armários, os porões. Quando encontravam obras proibidas ou proibíveis seqüestravam-nas. E junto com as obras, seus leitores. Não queriam ouvir explicações nem desculpas. Os livros achados eram prova suficiente do delito.

O temor se apoderou de todos. Era preciso destruir sem hesitações tudo quanto pudesse servir de pretexto à violência. Enganava-se a maioria que presumia estar salva por não guardar nas suas prateleiras materiais de expressa orientação marxista. Igualmente perigosos, segundo